

GÁS NATURAL

Econ. Luciano Ribeiro da Silva – e-mail: luciano.silva@dnpm.gov.br – DNPM/DF – Tel.: (61) 3312-6745.

I – OFERTA MUNDIAL

Fora alguns países do Oriente Médio, as maiores reservas de gás natural encontram-se na Rússia, nos EUA, na Nigéria e na Argélia. A Bolívia detém o 29º e o Brasil o 40º maior volume. Em relação a 2005, as reservas provadas mundiais cresceram em 0,7%, sendo que a Arábia Saudita obteve a maior taxa de expansão entre os primeiros do *ranking* seguida pelos EUA.

A produção não está tão concentrada no Oriente Médio quanto as reservas, uma vez que apenas Arábia Saudita e Irã situam-se entre os maiores produtores. Em comparação ao ano anterior, a produção mundial aumentou 3%. Destaca-se o crescimento da produção no Turquemenistão e no Irã, assim como a queda da produção no Reino Unido e na Argélia. O Brasil é o 33º maior produtor e a Bolívia o 38º.

Tabela 1: Ranking das maiores reservas e produções mundiais em 2006

Reservas provadas (trilhões m ³)				Produção (bilhões m ³ /ano)			
Países	Qde.	Δ%	%	Países	Qde.	Δ%	%
Rússia	47,65	-0,01	26,26	Rússia	612,1	2,37	21,32
Irã	28,13	1,99	15,50	EUA	524,1	2,40	18,25
Catar	25,36	-	13,98	Canadá	187,0	0,59	6,51
Arábia Saudita	7,07	3,68	3,90	Irã	105,0	4,06	3,66
Emirados Árabes	6,06	-0,07	3,34	Noruega	87,6	3,12	3,05
EUA	5,93	2,38	3,27	Argélia	84,5	-4,25	2,94
Nigéria	5,21	1,17	2,87	Reino Unido	80,0	-8,65	2,78
Argélia	4,50	-	2,48	Indonésia	74,0	0,27	2,58
Venezuela	4,32	-	2,38	Arábia Saudita	73,7	3,45	2,57
Iraque	3,17	-	1,75	Turquemenistão	62,2	5,87	2,17
Bolívia (29ª colocação)	0,74	-	0,4	Bolívia (38ª colocação)	11,2	7,17	0,39
Brasil (40ª colocação)	0,35	13,55	0,2	Brasil (33ª colocação)	17,7	0,04	0,62
Total mundial	181,46	0,70	100,00	Total mundial	2865,3	3,08	100,00

Fonte: BP Statistical Review of World Energy 2007 e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Notas: (Δ%) variação percentual em relação ao ano anterior; (%) participação percentual em relação ao total mundial do ano base (2006).

II – PRODUÇÃO INTERNA

Houve um incremento de apenas 0,04% no montante produzido internamente ao longo de 2006. Estão sendo desenvolvidos alguns projetos relevantes para a expansão da contribuição do gás natural nacional na oferta total brasileira no longo prazo, mas o comportamento da produção no último ano está vinculado, principalmente, a aspectos de curto prazo e a ganhos marginais.

Como há uma razoável rigidez da oferta interna, a dependência de gás importado permanecerá uma questão crítica nos próximos três ou quatro anos. Aproximadamente 3/4 das reservas brasileiras estão sob o oceano (*off-shore*), sendo que pouco mais da metade delas encontra-se em águas profundas. Logo, o período de maturação destes empreendimentos é consideravelmente longo e implica em inversões portentosas.

III – IMPORTAÇÃO

A quantidade importada em 2006 foi 8,8% superior a de 2005, enquanto o dispêndio com a compra do produto cresceu 49,4%. Para garantir o abastecimento de seu mercado, o Brasil importa gás natural da Argentina e, principalmente, da Bolívia. A quantidade comprada deste último corresponde a mais de nove décimos do total. O gás importado da Bolívia atende municípios nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Já o volume proveniente da Argentina destina-se a Sulgás (concessionária gaúcha de distribuição de gás) e atende exclusivamente a Usina Termelétrica (UTE) de Uruguaiana.

Importar da Venezuela, do Peru, de Trinidad e Tobago ou da Argélia para diversificar as origens do gás consumido no Brasil demanda investimentos em gasodutos ou em infra-estrutura industrial e portuária adequadas para o tratamento de gás natural liquefeito (GNL). Espera-se que já em 2008 seja possível recorrer a estes fornecedores.

IV – EXPORTAÇÃO

Conforme informado no site da ANP, não há exportação de gás natural.

V – CONSUMO INTERNO

O consumo de gás natural é estimulado desde meados da década de 1990 como alternativa para a geração de energia elétrica e para o uso como combustível nos automóveis. Segundo a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), a indústria brasileira de gás natural já atende a mais de 1,2 milhão de consumidores de diversos segmentos. Somente entre 2003 e 2006, o crescimento acumulado do número de consumidores chegou a 20%.

Em 2006, o gás distribuído no Brasil teve, aproximadamente, a seguinte destinação: 58% foram consumidos pela indústria, 21% pela geração de energia, 15% por automóveis e o restante dividiu-se em partes semelhantes entre estabelecimentos comerciais e residências.

Tabela 2: Principais Estatísticas – Brasil

Discriminação		Unidade	2004	2005	2006	
PPRODUÇÃO	Total ⁽¹⁾	mil m ³	16.971.156	17.699.201	17.706.161	
		bep	107.512.273	112.124.438	112.168.533	
	Reinjeção	mil m ³	3.616.195	2.985.658	3.169.930	
		bep	22.908.595	18.914.143	20.081.504	
	Queima e perda	mil m ³	1.468.639	2.474.442	1.851.708	
		bep	10.477.271	17.652.666	13.210.087	
	Consumo na E&P ⁽²⁾	mil m ³	2.215.302	2.473.315	2.805.131	
		bep	15.803.965	17.644.629	20.011.804	
	Disponível p/distribuição	mil m ³	9.671.020	9.765.786	9.879.393	
		bep	61.265.911	61.866.257	62.585.952	
	Importação ⁽³⁾		mil m ³	8.086.095	8.997.552	9.788.751
			mil US\$-FOB	784.603.400	1.044.006.215	1.559.652.724
Consumo Aparente ⁽⁴⁾		mil m ³	17.757.115	18.763.338	19.668.144	
Vendas das distribuidoras		mil m ³	12.772.597	14.638.650	15.178.597	
Preço ⁽⁵⁾	Nacional	US\$/milhão BTU	3,03	3,79	4,57	
	Térmico	US\$/milhão BTU	2,80	3,08	3,29	
	Importado	US\$/milhão BTU	3,40	3,78	5,24	

Fontes: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Abegás e Petrobras. Notas: (1) O valor total da produção inclui os volumes de reinjeção, queimas e perdas e consumo próprio de gás natural; (2) Refere-se ao consumo próprio nas áreas de produção e das UPGNs Urucu I e II, Guamaré I e II, Atalaia, Carmópolis, Candeias, Catu e Lagoa Parda; (3) conforme informado pela ANP; (4) Consumo Aparente = Produção disponível para distribuição + Importação; (5) commodity + transporte cobrado das distribuidoras; (bep) = barril equivalente de petróleo.

V – PROJETOS EM ANDAMENTO E/OU PREVISTOS

Dos investimentos previstos no setor de energia pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), 20,6% (ou R\$ 40,4 bilhões) serão utilizados para alcançar a auto-suficiência na provisão de gás natural de até 2010, o que significa uma produção diária adicional de 55 milhões de metros cúbicos (volume 50% maior que o atualmente fornecido pela Bolívia). Para tanto, serão antecipados projetos de produção nas bacias de Campos (RJ), de Santos (SP) e do Espírito Santo. Além disto, serão construídos dois terminais de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) importado (um no Rio de Janeiro e outro no Ceará) com a capacidade de converter 20 milhões de metros cúbicos ao dia até 2008, bem como serão expandidos os gasodutos em 4.526 quilômetros.

Somando-se às inversões do PAC, a Abegás estima que as empresas distribuidoras de gás natural planejem construir juntas aproximadamente 5 mil quilômetros de rede distribuição, 68,4% dos quais no Sudeste, 16,9% no Nordeste, 4,9% no Centro-Oeste e 9,8% no Sul.

VI – OUTROS FATORES RELEVANTES

A participação do gás natural na matriz energética do país expandiu-se de 0,9% em 1981 para 3,1% em 1990, 5,4% em 2000, 8,9% em 2004 e, segundo estudo da Abegás, para 9,4% em 2006. A meta do governo federal para 2010 é que esta fatia seja ampliada para 11%.

Este crescimento vigoroso foi possível graças ao gás importado da Bolívia, cujo preço subiu, aproximadamente, 307% desde o início da operação do GASBOL, em julho 1999 (percentual que supera a variação de 250% do preço do petróleo ocorrida no mesmo período).

O anúncio da nacionalização dos hidrocarbonetos em 1º de maio de 2006 pela Bolívia trouxe grande incerteza sobre a continuidade do fornecimento do gás ao Brasil e sobre o preço que seria cobrado por ele. A Petrobras aceitou a renegociação dos contratos exigida pelo governo boliviano em outubro de 2006 e somente em 15 de fevereiro de 2007 chegou-se a um acordo parcial: foi adotada uma nova fórmula para apurar o preço do gás (sugerida pelos bolivianos), bem como um reajuste substancial para a termoeletrônica Governador Mário Covas, responsável por 70% da energia do Estado de Mato Grosso. Inicialmente, a Petrobras absorveu os reajustes sem repassar para as distribuidoras por depender de autorização da ANP.